

O largo espectro das religiões no percurso da etnicidade à globalização (perspetivas de investigação)*

ANTÓNIO MATOS FERREIRA, HUGO GONÇALVES DORES
E MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO

No labor historiográfico, a experiência humana e societária põe-nos diante de um largo espectro de realidades, algumas das quais designamos como sendo religião – ou mais exatamente, na sua diversidade – como sendo as religiões. Estas apresentam sempre níveis de circunstancialismo étnico e de aspirações universalizantes, ainda que os graus destas manifestações sejam sempre muito particularizáveis. Este referencial étnico e universalizante, aparentemente contraditório não o é necessariamente. Antes, encontra-se expresso, seja por um protagonismo de vanguarda regeneradora, seja por formas e dinâmicas de inclusão e de exclusão geradoras da constituição de “uma nova realidade”, em circunstâncias onde, tendencialmente, o poder é exercido como dominação e subordinação.

Num certo sentido, as sociedades permanecem mas também se refundam permanentemente, constituindo processos nos quais o religioso transporta e é um elemento importante da economia simbólica como materialidade, pela criação de sentido nos vínculos e porque reproduz bens de toda a ordem. Num certo sentido, as formas religiosas recolhem e preenchem o espiritual, o invisível, o transcendente em distintos objetos que permitem aos indivíduos e às comunidades realizar processos de identificação e manter solidariedades, muitas vezes dando consistência ao poder legitimador como ocorre com o culto dos mortos ou dos antepassados, por exemplo.

* Este texto, sendo uma introdução ao presente dossiê da *Lusitania Sacra*, constitui simultaneamente uma objetivação do trabalho de uma das linhas de investigação do CEHR, e pretende formular a hipótese de trabalho subjacente ao contributo que, neste vetor de estudo, as iniciativas promovidas podem proporcionar.

Normalmente tende-se a encarar a história das sociedades como uma permanente reprodução societária onde a religião, limitada a expressões de crenças como representações e conteúdos discursivos, oscila entre a vivência dos indivíduos ou o confinamento às dinâmicas institucionais. A evocação do religioso surge, muitas vezes, como uma simples adjetivação porque esvaziada das instâncias psico-culturais que conformam comportamentos e estruturam níveis importantes de sobrevivência relacional e de identificação crente, isto é, aos níveis do que se dá crédito e de como se representa os cenários onde se processa o desempenho existencial de cada um, na sua individualidade e na pertença a um determinado grupo.

O Centro de Estudos de História Religiosa tem, desde há cinco anos, procurado desenvolver uma área de investigação específica no domínio da Expansão Religiosa, em sentido lato e de longa duração. Reconhece-se a importância e recolhe-se a experiência da longa história dos descobrimentos e da missionação, particularmente cristã e, dentro desta, a protagonizada pelo campo do catolicismo de padroado e romano, tomada nas suas principais referências, com particular destaque para a dos países ibéricos desde finais da medievalidade aos inícios da contemporaneidade.

Contudo, no tempo presente da historiografia policêntrica e multicultural exigem-se instâncias de comparativismo e de ponderação da longa duração, não só para se aferir similitudes e traços de permanências mas, e de forma muito incisiva, perceber também as contradições estruturantes de situações societárias na sua diversidade e na sua recomposição que permitam olhar o passado de forma esclarecedora sobre muitos aspetos atuais que exigem uma apreciação enraizada nesse estudo mais alargado e complexo. A reflexão sobre o fenómeno religioso deve, por conseguinte, considerar o cristianismo como um importante vetor mas não o único, pois entende-se que a prossecução societária é sempre acompanhada por processos de acomodação, recomposição e mutações de hegemonias das formas religiosas, como crenças e como instituições.

Neste âmbito, um dos objetivos propostos é o de se procurar compreender o cruzamento dos universos religiosos em várias direções e não exclusivamente os que resultam do denominado mundo ocidental. Existe sempre uma multiplicidade de centros de onde partem os movimentos de proselitismo ou, simplesmente, de transmigração. Os polos de desencadeamento desses movimentos de projeção religiosa apresentam estratégias mais ou menos consistentes, articuladas com paradigmas legitimadores desse agir, seja transmitir o que é tomado como “a verdade para a vida dos indivíduos e das sociedades”, seja o imperativo de “civilizar para trazer povos e sociedades a um outro patamar de progresso”, ou ainda, para potenciar “um desenvolvimento humano” nas suas dimensões políticas (sociedades democráticas, de direito e de liberdade), económicas (industrialização, sustentabilidade alimentar, etc.), culturais (a valorização das culturas locais). Em todas estas dimensões encontramos,

nos diversos pontos do mundo, uma presença estruturada, mais ou menos seguida, de instituições das mais variadas influências religiosas (cristãs, muçulmanas, budistas, etc.) contribuindo para sedimentar formas de enquadramento sociais, refazendo redes e solidariedades societárias. Trata-se de relações dinâmicas e bidirecionais, onde de novos terrenos da vida coletiva emergem novas formas de vivência religiosa e *vice-versa*. Na atualidade, a dimensão de intervenção das organizações não-governamentais e de atuação de certas instituições direcionadas para o desenvolvimento comporta formas de “uma missão laica”, pois as suas intervenções também se inscrevem na transformação referencial de valores, de crenças e de modos de vida, manifestando níveis elevados de concorrência e de conflito em relação às quais as instituições do religioso não são alheias.

O processo de saída das sociedades teocráticas e das de confessionalidade, onde a pertença social se encontra diretamente condicionada e dependente do envolvimento de marca religiosa específica, é todavia uma ocorrência relativamente recente e não uniforme. Acordada esta constatação, importa assinalar que a problemática da expansão religiosa – enquanto realidade com uma dimensão global – sempre colocou societalmente problemas que se podem considerar de legitimação do agir das religiões, em particular no que respeita ao agir público dos indivíduos, de grupos e das instituições que se assumem como suas representantes. Uma problemática de legitimidade e, em certo sentido decorrente desta, a da legalidade do agir, do crer, do fazer parte: as questões em torno da identidade e da pertença. Em muitas circunstâncias, a expansão das formas religiosas. Independentemente do que se possa entender por estas mesmas configurações, correntemente a sua expansão é encarada como fator de desagregação e fator de fragilização da coesão do grupo ou do conjunto da sociedade.

Assim, duas perceções podem ser tomadas de forma redutora como contradição e como paradigmas distintos, porque tradicionalmente tendem a ser apresentados efetivamente como opostos e concorrenciais: por um lado, as religiões que funcionam como *corpus* identitário com importante valência étnica e, por outro lado, experiências em permanente adaptação, recompondo-se sucessivamente.

Contudo, a historicidade da realidade religiosa – em que esta, para além ou aquém das instituições, é essencialmente observável enquanto existência antropológica permite-nos apreciar as modelações societárias em torno de representações de sentido e respetivas configurações a todos os níveis, sendo que, em larga medida, estas representações na sua pluralidade decorrem da multiplicidade de ajustamentos societários. E esta maneira de colocar a investigação e a discussão científicas pretende suscitar um novo patamar na produção historiográfica e na cooperação interdisciplinar.

É certo que, em larga medida tem sido através da historicidade do cristianismo, colocado em termos de missão, que genericamente a disciplina histórica tem lidado com a problemática da expansão religiosa. A motivação é clara e naturalmente

orientada, sobretudo por duas razões principais: 1) a primeira refere-se especificamente à “natureza do cristianismo” (ou a certas correntes deste, mais a umas do que a outras) em que a sua dinâmica institucional e carismática tende a legitimar-se numa “missão” de proselitismo; e 2) a segunda tem, sobretudo, a ver com os processos de hegemonização, em particular os do Ocidente, que coincidem com a propagação do cristianismo. Este confinamento da problemática da expansão religiosa mostra-se, contudo, completamente insuficiente em nossos dias, numa etapa de compreensão onde prevalece a imagética da globalização, mesmo quando bastante associada a um determinado universalismo total, onde a expansão do religioso pode funcionar como facilitador de interpenetrações mas também de resistência.

Não é possível desligar completamente a expansão religiosa de processos de concorrência, com maior ou menor densidade de conflitualidade. Fazê-lo seria limitar significativamente a análise a uma oposição de duas concepções opostas de alteridades como radicalmente distintas: os que lideram e os que sofrem essa propagação das religiões. Porém, na confluência destas duas situações outras emergem concomitantemente, como resultado e expressão dos dinamismos desencadeados pela assimilação, pela resistência ou pela acomodação transformadora, novas formas de liderança.

Neste tipo de investigação e de reflexão importa atender à dimensão comparativa: as tradições “missionárias”, isto é de expansão, referentes a distintas tradições denominacionais (e esta evocação situa-se para além do terreno dos cristianismos); métodos e instituições; construção de formas de ordens mundiais e internacionais e de liberdade religiosa [emancipações, independências, pluralidade interna nas sociedades – desde a liberdade individual privada, passando pela liberdade pública de culto à universalidade de qualquer forma religiosa [Declaração Universal dos Direitos Humanos; ou ainda, a título de exemplo, as correntes e posições contra a escravatura, contra o colonialismo, etc.]

Colocando, no âmbito desta amplitude problemática, os processos de conversão são apontados como uma instância psico-antropológica onde se pode perceber como o religioso permite, ou não, o trânsito entre universos mentais e, também, o alargamento de fronteiras de legitimidade. São processamentos práticos, com implicações quotidianas mas também de integração de outros níveis discursivos, donde se pode captar terrenos de elaboração e de reconfiguração de formas de espiritualidade e de produção teológica, constituindo-se como contributos para conteúdos da reconfiguração religiosa.

A conflituosidade decorrente das dinâmicas religiosas concorrentes, não resultantes somente dos interesses entre poderes políticos ou económicos distintos mas das próprias dinâmicas internas das formulações práticas e doutrinárias do religioso, constitui uma dimensão fundamental para a incorporação nas análises de múltiplas

temáticas como sejam: a violência, a valorização das pessoas (como homem, como mulher, como criança ou como estrangeiro), a paz, a justiça, a liberdade, etc.; isto é, trazer a problemática da expansão religiosa para o terreno da história das culturas e das mentalidades, mas também para a possibilidade de entender a História como uma disciplina atenta à fenomenologia dos processos societários de humanização.

O religioso posto em termos de processo societário pode ser encarado em termos de uma tipologia de etapas (fases) que, não constituindo uma dinâmica mecanicista, podem ser caracterizadas por um conjunto de expressões semânticas: a do arranque, momento carismático polarizador; a da propagação e das primeiras institucionalizações, correspondente a um maior impulso formalizador; a diversificação por processos de rotura, os esforços de hegemonia perante a fragmentação do sistema religioso, que é também a fragmentação do social, da comunidade; e esta não como última etapa mas como que “recomeço”.

Neste percurso interessa fazer um mapeamento cronológico. Isto é, tentar assentar por regiões os momentos de configuração das formas religiosas, tomando em certo sentido o faseamento anteriormente referido, das suas dinâmicas de expansão, de apogeu, de conflitos e de desagregação. Talvez se possa verificar haver coincidências entre os movimentos de populações, a formulação de “espaços civilizacionais”, a constituição de impérios e, atualmente, a fase designada como sendo de globalização, não por se tratar de uma realidade holista mas como resultado do alargamento das possibilidades de circulação. Em todas estas etapas verifica-se a existência de uma multiplicidade de recursos apologéticos e de enquadramento das correntes religiosas no impacto societário em confronto ou para além do Estado. Assim, é impossível percecionar as dinâmicas de expansão religiosa fora da expansão e da retração do aparato do poder político, mais ou menos desenvolvido, como processos de interação ou de resistência.

A perceção destas realidades, a partir da multiplicidade dos ambientes emissores e recetores, remetem para uma análise em detalhe e rigorosa da emergência de linguagens enquanto expressões reveladoras de níveis de consciência e de sentido – a questão das identidades. A emergência destas linguagens não é só de ordem teológica mas também política e, de um modo mais amplo, cultural enquanto laboratório permanente da recomposição do existir coletivo, formando com maior ou menor incidências níveis de institucionalização. Se a expansão religiosa, enquanto fenomenologia histórica, não se reduz ao institucional, a investigação conduz-nos à necessidade de considerar as instituições que originam os dinamismos de expansão como também aquelas que resultam de movimento interno da História das sociedades e das religiões.

No âmbito da linha de investigação sobre Expansão Religiosa: Civilizações e Culturas foi-se desenvolvendo um conjunto de contactos e intercâmbios de ideias com diferentes investigadores. Foi um esforço consciente da linha procurar diversificar as abordagens a um fenómeno de materialidades múltiplas e de cronologias alargadas e pouco sensíveis às das histórias nacionais em que, habitualmente, nos movemos. Nesse sentido, para além dos contributos portugueses que apresentamos, reunimos as intervenções dos nossos colegas do México e de Cabo Verde que participaram nos encontros científicos realizados pela linha e que, na sua maioria, deram origem a este número da revista *Lusitania Sacra*.

O texto de Óscar López Meraz parte do exemplo paradigmático de Bernardino Sahagún para compreender os discursos do século XVI sobre o “índio” americano, abordando a visão do “outro” no imaginário europeu da época, promovendo, nesse domínio, uma discussão sobre a problemática da “indianidade” no discurso académico mexicano.

Centrando-se noutra personalidade hispânica, o artigo de Jesus Joel Peña parte do conjunto de livros adquiridos pelo bispo de Puebla, Manuel Fernández de Santa Cruz, com o objectivo de analisar as relações luso-espanholas no quadro do sistema colonial seiscentista, sublinhando os interesses pessoais do prelado pelo desenvolvimento intelectual e cultural em Portugal ao longo do século XVII.

Ainda no contexto da Nova Espanha, Paulina Machuca e Thomas Calvo analisam o desenvolvimento da devoção do chamado “Santo Niño de Cebu” no estado mexicano de Guerrero (“costa chica”). Levada das Filipinas, no século XVI, a devoção ganhou especificidades próprias, num processo que permite perceber a complexidade das redes culturais dentro do império espanhol e a adaptação de determinadas religiosidade a realidades diferentes da sua origem.

Já o trabalho de Pedro Lage Correia, numa abordagem ao estudo da presença da Companhia de Jesus no Japão, explora a viagem a Roma de um grupo de japoneses convertidos ao Catolicismo, num entendimento do impacto da interacção entre duas culturas distintas.

Na dimensão jesuítica do fenómeno religioso, o texto de Leonardo Cohen procura compreender a reacção dos missionários jesuítas a práticas tradicionais existentes no subcontinente indiano, como o ascetismo, numa atitude que oscilava entre atracção e rejeição.

Indo para os finais do século XVIII e para o mundo africano, Danilo Santos recorre a textos portugueses do período que vai até meados do século XIX para compor a visão destes sobre o catolicismo praticado no arquipélago cabo-verdiano e o modo negativo como a população interpretava a prática da religião.

Rita Mendonça Leite, dando continuidade aos seus trabalhos sobre a presença protestante em Portugal, analisa o impacto que a realidade do espaço ultramarino português teve em Eduardo Moreira e nas suas perspectivas sobre o lugar e o papel que o protestantismo poderia ter na sociedade portuguesa.

Por fim, o largo texto de Pedro Pinto, numa análise pouco explorada na historiografia das religiões em Portugal, expõe a entrada e instalação das Testemunhas de Jeová no território português (metropolitano e ultramarino), dando particular ênfase ao período do Estado Novo e à atitude do regime e da sociedade para com os membros desta denominação religiosa.